

A produção científica sobre Jornalismo e Direitos Humanos: mapeamento dos artigos submetidos às DT-1 e DT-7 dos encontros dos Grupos de Pesquisa da Intercom (2008 a 2018)¹

Anelise Schütz Dias²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como a relação entre Jornalismo e Direitos Humanos tem sido abordada ao longo da última década nas pesquisas contidas nos anais dos encontros dos Grupos de Pesquisa do Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação – Intercom, especificamente nas divisões temáticas (DTs) “DT-1 – Jornalismo” e “DT-7 – Comunicação, Espaço e Cidadania”. Objetiva também identificar temáticas e tendências dessa produção. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, que propõe o mapeamento das pesquisas publicadas nas referidas DTs no período de 2008 a 2018. Como resultados, constatou-se o aparecimento de uma pequena produção a partir de 2011, sobretudo na divisão temática que trata do Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Direitos Humanos. Cidadania. Epistemologia. Produção Científica.

INTRODUÇÃO

A defesa dos Direitos Humanos, juntamente com a promoção da Cidadania, aparece entre os valores constitutivos do *ethos* jornalístico. Por *ethos jornalístico*, entende-se “um conjunto de disposições, percepções e valorações que jornalistas têm de si e do mundo, uma dimensão do habitus que contém a autoimagem e, nesse sentido, orienta as representações” (LAGO, 2003, p.2). Esse conjunto de disposições, percepções e valorações, quando relacionadas aos Direitos Humanos e à Cidadania, não aparece apenas como parte do ideal romântico do Jornalismo³ mas também está presente nos

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), mestre pelo mesmo Programa e bacharel em Jornalismo pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). É bolsista CAPES, com doutorado-sanduíche na John Jay College of Criminal Justice (The City University of New York), processo nº 88881.189099/2018-01. E-mail: anelisedias@gmail.com.

³ Lago (2002) propõe a existência de um *ethos romântico do Jornalismo* a partir da identificação de que o Jornalismo reúne aspectos e características do Romantismo como a paixão, o individualismo, a ideia de missão, a utopia

deveres firmados nos códigos de ética dos jornalistas profissionais e nas diretrizes curriculares de ensino da profissão, dentre outros documentos normativos.

No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, por exemplo, é afirmado que “É dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007). Já no documento que define os “Princípios Internacionais de Ética Profissional no Jornalismo”, uma espécie de código de ética internacional dos jornalistas, está firmado, no Princípio VIII, que trata do “Respeito pelos valores universais e pela diversidade das culturas”, que:

um verdadeiro jornalista defende os valores universais do humanismo e, acima de tudo, paz, democracia, Direitos Humanos, progresso social e libertação nacional, enquanto respeita o caráter, o valor e a dignidade de cada cultura, bem como o direito de cada um de escolher livremente e desenvolver seus sistemas político, social, econômico e cultural. (UNESCO, 1983, tradução minha)^{4 5}.

No artigo 6º das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de ensino superior em Jornalismo (Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013) está definido que os conteúdos programáticos dos cursos devem ser divididos em eixos, tendo em vista o desenvolvimento de competências e aptidões específicas. O primeiro deles é o da “fundamentação humanística”, que deve servir de base para todos os outros eixos. O objetivo desse eixo é, segundo a Resolução, “capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a Cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas [...]” (RESOLUÇÃO Nº 1..., 2013).

Embora todos esses documentos trazidos aqui como exemplo reforcem a importância de que o Jornalismo seja orientado para a defesa e garantia dos Direitos

revolucionária, a nostalgia e a melancolia. Para Lago (2002, p. 154), “[...] a paixão que caracterizaria o ethos romântico aparece conectada à idéia de compromisso social (com a verdade, com o papel da imprensa na sociedade – com a “missão” [...]) e à possibilidade de interferência na realidade”. A defesa dos interesses sociais, a busca pelo bem comum e o potencial revolucionário do Jornalismo são algumas das características verificadas pela autora.

⁴ O documento que firma Princípios Internacionais de Ética Profissional no Jornalismo é resultado de encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre 1978 e 1983, que reuniram centenas de milhares de jornalistas profissionais de todo o mundo. A íntegra do documento está disponível em: <https://accountablejournalism.org/ethics-codes/International-Principles>.

⁵ Do original, “Principle VIII: Respect for universal values and diversity of cultures A true journalist stands for the universal values of humanism, above all peace, democracy, human rights, social progress and national liberation, while respecting the distinctive character, value and dignity of each culture, as well as the right of each people freely to choose and develop its political, social, economic and cultural systems”.

Humanos e de Cidadania, parece-me que essas discussões pouco têm encontrado espaço nas Teorias do Jornalismo na forma de apropriação e de desenvolvimento teórico-conceitual quando se trata de Direitos Humanos, ainda que reconheça que, como temática, aparece em muitas pesquisas.

Diante dessa inquietação que vem de pesquisas anteriores, o objetivo deste artigo é compreender como a relação entre Jornalismo e Direitos Humanos tem sido abordada nas pesquisas apresentadas nos encontros dos Grupos de Pesquisa do Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação – Intercom, especificamente em duas divisões temáticas (DTs): 1) “DT-1 – Jornalismo”; 2) “DT-7 – Comunicação, Espaço e Cidadania”. Ao fazer isso, busca identificar as temáticas abordadas pelos autores e outras tendências dessa produção. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, que propõe o mapeamento das pesquisas apresentadas nas referidas DTs durante uma década, que compreende o período de 2008 a 2018.

Como resultados, foram encontrados 17 trabalhos que traziam no título e/ou nas palavras-chave o termo “Direito Humanos”. Após a leitura, foram selecionados apenas os artigos que tratavam especificamente do Jornalismo. Essa escolha foi motivada por entender que, assim como Koshyama (2018), trata-se de um tipo de comunicação distinta de outras formas de comunicação por referir-se a uma atividade profissional que tem valores deontológicos e práticas específicas e que, por isso, tem deveres e responsabilidades particulares. Dessa seleção restaram 11 trabalhos, que serão discutidos adiante.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, que propõe a construção de um Estado da Arte das pesquisas que tratam da relação entre Jornalismo e Direitos Humanos que foram apresentadas nos encontros nacionais do Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação – Intercom no período de 2008 a 2018. Para tal, foi realizado um mapeamento das pesquisas publicadas no formato de anais das edições do Congresso durante o intervalo temporal já citado, especificamente nas divisões temáticas “Jornalismo” (DT-1) e “Comunicação, Espaço e Cidadania” (DT-7) da seção “Grupos de Pesquisa”. A busca foi realizada a partir da verificação da presença do termo “Direitos Humanos” no título e/ou nas palavras-chave dos trabalhos contidos nas referidas DTs.

Sobre a estrutura das Divisões Temáticas escolhidas, a DT-1 Jornalismo está dividida em “GP Gêneros Jornalísticos”, “GP História do Jornalismo”, “GP Jornalismo Impresso”, “GP TeleJornalismo” e “GP Teoria do Jornalismo”. Já a DT-7 reúne os grupos “Comunicação para a Cidadania”, “Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local”, “Geografias da Comunicação”, “América Latina, Mídia, Cultura e Tecnologia Digitais” e, mais recentemente, “Estéticas, Políticas de Corpo e Gênero”⁶.

Como resultado da busca preliminar nessas duas divisões temáticas e em seus respectivos grupos de pesquisa, foram encontrados 17 trabalhos. Após a leitura de todos esses artigos mapeados, dez foram mantidos. Sete dos inicialmente mapeados foram descartados por não terem o Jornalismo como eixo-central da discussão.

A tabulação dos resultados foi realizada no *Excel 2016* e estruturada nas seguintes categorias: ano; divisão temática; grupo de pesquisa; título do trabalho; autoria (tabela 1).

Tabela 1: Trabalhos que tratam da relação entre Jornalismo e Direitos Humanos presentes nas DT-1 e DT-7 dos anais dos encontros nacionais da Intercom no período de 2008 a 2018

Ano	Divisão Temática	Grupo de Pesquisa	Título do Trabalho	Autoria
2011	DT-1- Jornalismo	Teoria do Jornalismo	DIREITOS HUMANOS? A UMA PARTE DA IMPRENSA BRASILEIRA, DEPENDE...	Wagner Barge Belmonte
2012	DT-1- Jornalismo	Telejornalismo	O BANDIDO, O REPÓRTER E A SAGRADA POLÍCIA - QUE PRÁTICAS SOCIAIS A TRÍADE DO TELEJORNALISMO POLICIAL PROMOVE?	Janaine Sibelle Freires Aires

⁶ Em 2008, a estrutura dos Grupos de Pesquisa era distinta. Não haviam as subdivisões que existem hoje no interior das DT-1 e DT-7, por exemplo. No primeiro ano de nossa análise, essas duas DTs tinham o nome de “NP Jornalismo” e “NP Comunicação para a Cidadania”. Outra mudança observada é que, em 2017, nasce o GP “Estéticas, Políticas de Corpo e Gênero”, como parte da DT-7.

2012	DT-7 - Comunicação, espaço e Cidadania	Comunicação para a Cidadania	QUANDO A VIOLÊNCIA É NOTÍCIA: O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SUL-MATO-GROSSENSE SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Ivanise Hilbig de Andrade
2013	DT-1- Jornalismo	Telejornalismo	A OPINIÃO COMO PERSPECTIVA DE ABORDAGEM NOS TJS JN E JC: ANÁLISE CONTRASTIVA DA COBERTURA À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA	Adriana Tigre Lacerda Nilo; Thaize Ferreira Macedo
2014	DT-1- Jornalismo	Jornalismo Impresso	ESTATUTO SEM STATUS. ESTUDO SOBRE O DISCURSO DOS JORNAIS IMPRESSOS DE CAMPO GRANDE-MS. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	Edson Silva
2016	DT-1- Jornalismo	Teoria do Jornalismo	ENSINO DE JORNALISMO PARA OS DIREITOS HUMANOS: A APRENDIZAGEM COM A EXPERIÊNCIA DOS JORNALISTAS	Alice Mitika Koshiyama
2017	DT-1- Jornalismo	Jornalismo Impresso	OS DRONES NA FOLHA DE S.PAULO: REFLEXÕES SOBRE VIGILÂNCIA E DIREITOS HUMANOS	Gabriel Roger Jacobsen Santos; Isabella Smith Sander

2017	DT-7 Comunicação, espaço e Cidadania	- Comunicação para a Cidadania	INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA RELIGIOSAS NO NOTICIÁRIO DAS GRANDES MÍDIAS BRASILEIRAS: A PROPÓSITO DO RELATÓRIO BRASIL (2011 – 2015)	Magali do Nascimento Cunha
2018	DT-1- Jornalismo	Teoria do Jornalismo	JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS: TEORIA E PRÁTICAS POSSÍVEIS	Alice Mitika Koshiyama
2018	DT-1- Jornalismo	Teoria do Jornalismo	SER HUMANO OU DESUMANO E OS REFLEXOS NO JORNALISMO	Jorge Kanehide Ijuim; Géssica Gabrielli Valentini

Fonte: a autora

A sistematização do mapeamento no formato de tabela permite visualizar que, em uma década, apenas dez trabalhos de interesse desta pesquisa foram encontrados nas “DT-1 – Jornalismo” e “DT-7 – Comunicação, espaço e Cidadania”. De 2008 a 2010 não foi possível localizar produção compatível com o objetivo deste mapeamento nas DTs analisadas. Foi apenas partir de 2011 que essa produção começou a aparecer, com não mais do que dois artigos por edição.

Em relação à distribuição por Grupos de Pesquisa no interior das Divisões Temáticas, verificou-se que a maioria dos trabalhos foram submetidos à DT-1, mais especificamente ao “GP Teoria do Jornalismo”. Em menor número, verificou-se a presença de artigos nos “GP Jornalismo Impresso” e “GP Telejornalismo”. Já em relação à DT-7, na qual também foram encontrados trabalhos, todos os resultados estavam no “GP Comunicação para a Cidadania”, embora essa DT conte com quatro outros grupos de pesquisa.

TENDÊNCIAS VERIFICADAS NOS TRABALHOS MAPEADOS (2008-2018)

Nas dez edições dos anais dos encontros dos Grupos de Pesquisa do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, que foram analisadas nesta pesquisa, verificou-se produção que pautasse Direitos Humanos nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018. Em 2011 começam a aparecer trabalhos relacionados ao

interesse deste mapeamento e, a partir daí, são apresentados até dois trabalhos por edição, com exceção do ano de 2015 em que não foi registrada nenhuma produção.

Em 2011 foi apresentado o artigo “Direitos Humanos? A uma parte da imprensa brasileira depende”, no GP Teoria do Jornalismo (DT-1), por Wagner Barge Belmonte. O texto discute como a morte de Osama Bin Laden foi noticiada pelas revistas semanais brasileiras *Veja* e *Época* e problematiza o alinhamento dessa cobertura com a da imprensa estadunidense, o que se evidencia, dentre outras formas, no modo com que essas revistas assumem, na visão do autor, certo tom celebratório sobre a operação que resulta na morte de Bin Laden e de parte de sua família. O artigo, porém, não trata de Direito Humanos a partir de uma perspectiva teórico-conceitual, embora reconheça que assuma um questionamento da ordem dos Direitos Humanos, já que se propõe a discutir essa comemoração da morte de pessoas, que, no caso em questão, foi tomada pelo Jornalismo como um “fazer justiça”.

Em 2012, no “GP TeleJornalismo” (DT-1), Janine S. Freires Aires propõe, com o texto “O bandido, o repórter e a sagrada polícia - que práticas sociais a tríade do telejornalismo policial promove?”, compreender as práticas sociais promovidas por esse tipo de telejornalismo e refletir sobre como mudanças no modelo dessa produção podem promover Direitos Humanos e Cidadania. Essa pesquisa também revela abordagem sobre Direitos Humanos direcionada mais pela escolha do tema (violação dos Direitos Humanos no Jornalismo policial) do que pela adoção de fundamentação teórico-conceitual sobre esses direitos.

Também em 2012, dessa vez no “GP Comunicação para a Cidadania” (DT-7), o trabalho “Quando a violência é notícia: o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre exploração sexual de crianças de adolescentes”, de Ivanise Hilbig de Andrade, investiga como a imprensa do Mato Grosso do Sul agenda a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessa pesquisa, assim como nas anteriormente citadas, a orientação para os Direitos Humanos se dá pela escolha da temática de investigação (violação dos direitos da infância e da juventude) e não por uma discussão teórico-conceitual ancorada em teorias específicas, autores ou documentos que sirvam de fundamentação para explicar o que são esses direitos.

Já em 2013, foi encontrado apenas um trabalho. Trata-se de “A Opinião como Perspectiva de Abordagem nos TJS, JN e JC: Análise Contrastiva da Cobertura à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara”, de Thaize Ferreira Macedo e

Adriana Tigre Lacerda Nilo, no “GT Telejornalismo” (DT-1). Embora observe como são repercutidos acontecimentos de um espaço institucional relacionado a Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, o trabalho não trata desses direitos. Sua preocupação é verificar se há presença de opinião ou não na repercussão, pelos telejornais analisados, da eleição do deputado e pastor Marcos Feliciano à presidência da Comissão – caso escolhido por ser considerado um “supertópico” por seu caráter polêmico e não por tratar especificamente desses direitos.

Em 2014, foi localizado no “GP Jornalismo Impresso” (DT-1) o artigo “Estatuto sem status, Estudo sobre o discurso dos jornais impressos de Campo Grande-MS. A construção social da realidade de crianças e adolescentes na perspectiva dos direitos fundamentais”, de Edson Silva. O trabalho analisa o agendamento da infância e da adolescência em jornais do Mato Grosso do Sul a partir de uma leitura orientada para os direitos desses grupos sociais. O objetivo do autor é entender se, ao construir essa agenda, os jornais consideram leis, convenções e acordos internacionais na fundamentação das notícias. Para construir a fundamentação teórico-conceitual, o autor traz o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança e outros acordos sobre direitos infante-juvenis de que o Brasil é signatário. Destaca-se esse trabalho pela clareza da fundamentação teórico-conceitual sobre Direitos Humanos utilizada pelo autor para interpretar o recorte temático.

Em 2016, aparece a proposta de Alice Mitika Koshiyama, intitulada “Ensino de Jornalismo para os Direitos Humanos: a aprendizagem com a experiência dos jornalistas”. Esse trabalho propõe analisar a trajetória de jornalistas que têm se destacado na profissão tanto pela qualidade da produção de textos que abordam os Direitos Humanos por meio da escolha das temáticas quanto por assumirem uma postura de defesa desses direitos em seus trabalhos em geral. Nesse artigo, os Direitos Humanos aparecem, portanto, muito mais relacionados às temáticas de trabalho que irão ser mencionadas no relato das trajetórias dos jornalistas do que em relação à adoção de fundamentação teórica específica sobre esses direitos ao longo da discussão proposta pela autora.

Em 2017, Magali do Nascimento Cunha propõe refletir sobre a relação entre as intolerância e violência religiosas e a imprensa, a partir do trabalho “Intolerância e violência religiosas no noticiário das grandes mídias brasileiras: a propósito do Relatório Brasil (2011-2015)” (“GP Comunicação para a Cidadania” – DT-7). Como fundamentação para discutir as liberdades de expressão e de culto enquanto Direitos

Humanos invioláveis, aborda os termos trazidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Constituição Federal de 1988. A partir da análise baseada tanto nessa fundamentação teórico-conceitual quanto no Relatório Brasil (2011-2015), a autora percebe o Jornalismo brasileiro como intolerante à diversidade religiosa e que essa intolerância seria afirmada tanto nos dizeres quanto nos silenciamentos sobre essa diversidade, o que se caracterizaria como violação de direitos conforme os documentos trazidos pela autora. Esse é outro exemplo de trabalho que se destaca adequação da fundamentação teórico-conceitual ao recorte temático escolhido.

Também em 2017, foi encontrado, no “GP Jornalismo Impresso” (DT-1), o artigo “Os Drones na Folha de S.Paulo: Reflexões sobre Vigilância e Direitos Humanos”, de Gabriel Jacobsen Santos e Isabella Smith Sander. Nessa pesquisa, os autores vão verificar que tipo de discurso o Jornalismo de referência tem veiculado sobre drones, enquanto tecnologia que pode servir a distintos fins, e se os Direitos Humanos apareceriam como parte da problematização, sobretudo em relação ao direito à privacidade. Embora os resultados de Santos e Sander (2017) não revelem preocupação jornalística com o tema em uma perspectiva orientada para os Direitos Humanos, a fundamentação teórica desse trabalho é bastante interessante pois, além de trazer autores, teorias e documentos que ajudam a compreender esses direitos, expõe a presença dessas noções nos códigos normativos do Jornalismo.

Em 2018, último ano contemplado neste mapeamento, constatou-se a existência de dois trabalhos, ambos apresentados no “GP Teoria do Jornalismo” (DT-1). O primeiro é “Jornalismo e Direitos Humanos: teorias e práticas possíveis”, de Alice Mitika Koshiyama. Trata-se de um trabalho importante pois, ao fazer a distinção necessária entre Jornalismo e outras formas de comunicação, reforça o dever do Jornalismo na defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania. Para tal, assim como no artigo apresentado em 2016, a autora propõe discutir os Direitos Humanos a partir do relato da trajetória de jornalistas destacados na profissão por cumprirem o dever que a autora aponta como central ao Jornalismo.

O segundo trabalho desse mesmo ano é “Ser humano ou desumano e os reflexos no Jornalismo”, de autoria de Jorge Kanehide Ijuim e Géssica Gabrielli Valentini. Nesse artigo, os autores debatem as categorias “ser humano” e “desumano” e como elas são apropriadas pelo Jornalismo. E também promovem debate crítico sobre a afirmação da igualdade na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os autores propõem discutir

o fato de que, embora a igualdade seja um princípio fundamental dos Direitos Humanos, ainda não foi alcançada e se valem da exemplos sobre as diferentes formas de racismo e de segregação ao longo da história para demonstrar isso. Trata-se de um trabalho que, além de trazer uma fundamentação teórica compatível com a proposta, contempla também a perspectiva crítica necessária à defesa desses direitos.

Por fim, os trabalhos brevemente relatados aqui são uma amostra do que foi produzido e debatido nos encontros anuais dos Grupos de Pesquisa da Intercom sobre a relação entre Direitos Humanos e Jornalismo. Como tendências percebidas a partir da leitura dessa produção, cinco aspectos centrais podem ser sintetizados: a) parte dos textos aborda os Direitos Humanos por meio dos temas acionados e não por meio de lastro teórico-conceitual; b) parte dos textos traz fundamentação teórico-conceitual sobre Direitos Humanos compatível conforme as demandas do recorte temático; c) os textos que trazem fundamentação teórico-conceitual o fazem majoritariamente a partir de menções à Declaração Internacional dos Direitos Humanos, à Constituição de 1988 e outros acordos de que o Brasil é signatário; d) parte dos textos traz códigos ético-normativos do Jornalismo como afirmação do dever do jornalista de defender os Direitos Humanos; e) o debate crítico sobre a disparidade entre teoria e prática dos Direitos Humanos, que tem sido fomentado por outras áreas de conhecimento, pouco encontra espaço nos textos mapeados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para avançar na produção do conhecimento e na construção de agendas de pesquisa, é fundamental conhecermos o campo no qual estamos inseridos. Conhecer o que está sendo produzido é uma forma de verificar tendências, lacunas e forças dessa produção, que tem como objetivo comum a qualificação do Jornalismo para que ele cumpra seu dever ético-normativo de defender e promover os Direitos Humanos.

Em relação à qualificação do Jornalismo, tenho defendido que, embora saibamos que Direitos Humanos são importantes e devem ser protegidos, eles não são “autoevidentes”. Isto é, que esses direitos precisam ser conceitualizados, retomados, debatidos, criticados e aperfeiçoados constantemente (HUNT, 2007). Assim, o desafio do jornalista, que queira cumprir esse dever de defender e promover os Direitos Humanos que foi apontado pela maioria dos autores que aparecem neste mapeamento, é o de entender o que são, de fato, esses direitos, tanto em suas definições teóricas e normativas

quanto em suas aplicações práticas nos diferentes períodos históricos e contextos sociais, pois somente assim será capaz de manejá-los com competência em sua produção. Faz parte desse desafio também a adoção de uma leitura crítica, a partir de uma perspectiva que considere como os marcadores sociais da diferenças se interseccionam e afetam a universalidade e a igualdade desses direitos.

Por fim, o mapeamento realizado nesta pesquisa revela que, ainda que a partir de 2011 tenha sido percebida certa preocupação com a temática em nosso campo, o volume de publicações que abordam Direitos Humanos é muito pequeno frente a urgência da temática. Frente a isso, há ainda um longo caminho a ser percorrido tanto no estabelecimento dos Direitos Humanos como pauta prioritária na agenda de Estudos de Jornalismo quanto na incorporação de fundamentação teórico-conceitual crítica sobre esses direitos às Teorias do Jornalismo.

Referências

AIRES, Janaine. O bandido, o repórter e a sagrada polícia: que práticas sociais a tríade do Jornalismo policial promove? IN: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012. **Anais...** Fortaleza: Intercom, 2012.

ANDRADE, Ivanise. Quando a violência é notícia: o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre exploração sexual de crianças e adolescente. IN: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012. **Anais...** Fortaleza: Intercom, 2012.

BELMONTE, Wagner. Direitos Humanos? A uma parte da imprensa brasileira, depende... XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. **Anais...** Recife: Intercom, 2011.

CUNHA, Magali. Intolerância e violência religiosas no noticiário das grandes mídias brasileiras: a propósito do Relatório Brasil (2011-2015). IN: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

IJUIM, Jorge Kanehide; VALENTINI, Géssia Gabrielli. Ser humano ou desumano e os reflexos no Jornalismo. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018. **Anais...** Joinville: Intercom, 2018.

KOSHYAMA, Alice Mitika. Ensino de Jornalismo para os Direitos Humanos: a aprendizagem com a experiência dos jornalistas. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016.

KOSHYAMA, Alice Mitika. Jornalismo e Direitos Humanos: Teorias e Práticas Possíveis. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018. **Anais...** Joinville: Intercom, 2018.

LAGO, Cláudia. De romântico e de louco... reflexões sobre o romantismo jornalístico. Anais do **XII Encontro Anual da Compós**. Recife: UFPE/Compós, 2003.

LAGO, Cláudia. **O romantismo morreu? Viva o romantismo**. Ethos Romântico no Jornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NILO, Adriana; MACEDO, Thaize. A opinião como perspectiva de abordagem nos TJS JN e JC: análise contrastiva da cobertura à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. IN: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. **Anais...** Manaus: Intercom, 2013.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 1 de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2013.

SANTOS, Gabriel; SANDER, Isabella. Os drones na Folha de S. Paulo: Reflexões sobre vigilância e direitos humanos. IN: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2017.

SILVA, Edson. Estatuto sem status. Estudo sobre o discurso dos jornais impressos de Campo Grande-MS. A construção social da realidade de crianças e adolescentes na perspectiva dos direitos humanos fundamentais. IN: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2014.

UNESCO; INTERNATIONAL ORGANIZATION OF JOURNALISTS. **International Principles of Professional Ethics in Journalism**. Praga: International Organization of Journalists, 1983. Disponível em: <http://www.ijnet.org/Director.aspx?P=Ethics&ID=8320&LID=1>. Acesso em 20 de junho de 2019.